

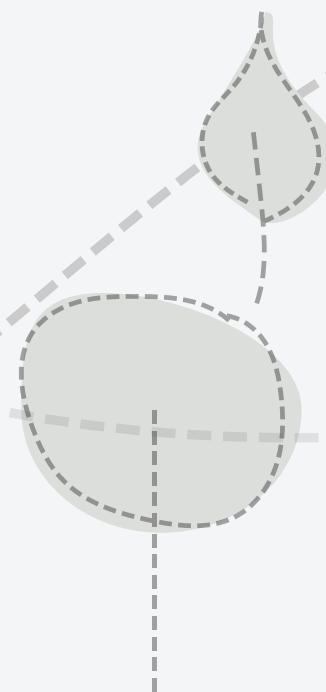
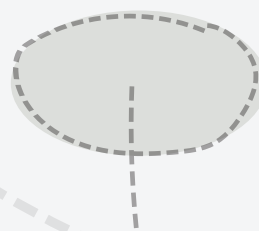
Iceland
Liechtenstein
Norway



**Active
citizens fund**

SOCIEDADE CIVIL MOBILIZADA PELO DIREITO AO LUGAR:

um processo de influência política em 5 etapas



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Sociedade civil mobilizada pelo Direito ao Lugar:
um processo de influência política em 5 etapas

AUTORIA

Eliana Madeira e Elsa Nogueira (Graal),
Isabel Lacerda e Sandra Fernandes (FGS)

SITE DO PROJETO

sites.google.com/view/projetoligacoes

DATA

setembro de 2021

DESIGN GRÁFICO

Ana Quinteiro e João Duque

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do projeto LigAções | organizações da sociedade civil em reflexão e ação sobre as assimetrias do território, cofinanciado pelo Programa Cidadãos Ativos, do mecanismo financeiro EEA Grants gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional



“A política é de todos e de todos os dias.”

Maria de Lourdes Pintasilgo

A todas as pessoas e organizações mobilizadas pelo Direito ao Lugar,
em especial àquelas que contribuíram para a elaboração da carta aberta.

ÍNDICE

Introdução

pág05

1.^a etapa
O processo
de cocriação
pág09

2.^a etapa
A mobilização
para a causa
pág21

3.^a etapa
A relação com
os *media*
pág25

4.^a etapa
A promoção
do debate público
pág29

5.^a etapa
O diálogo com
atores políticos
pág33

Conclusão
pág39

INTRODUÇÃO

A participação das organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão política é fundamental para o aprofundamento de uma democracia que desejamos ativa, crítica e dialogante, e não meramente representativa. Contudo, nem sempre a sociedade civil tem voz, peso e condições para influenciar decisões políticas.

Criar espaços e mecanismos de diálogo entre atores políticos e atores da sociedade civil é fundamental para aumentar a capacidade de influência destes últimos sobre os nossos destinos comuns.

A construção do bem comum e do país que desejamos exige este diálogo das instituições e atores políticos com cidadãos, cidadãs e, em particular, com as organizações que os representam.

Entre 2019 e 2021, o Graal e a FGS, em conjunto com outras 40 organizações da sociedade civil do centro do país e da Grande Lisboa, levaram a cabo um processo colaborativo de influência política, no âmbito do projeto **LigAções | organizações da sociedade civil em reflexão e ação sobre as assimetrias do território**, cofinanciado pelo Programa Cidadãos Ativos, do mecanismo financeiro EEA Grants gerido pela Fundação

Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto.

Este projeto partiu por um lado, da preocupação com as profundas assimetrias do território nacional, entre zonas rurais e zonas urbanas e entre centro e periferias das grandes cidades e também do reconhecimento da reduzida influência da sociedade civil portuguesa no desenho de políticas públicas e nos processos de decisão política.

Em resposta a estes problemas, desenvolvemos colaborativamente um processo de influência política, ao longo de 5 etapas que exploraremos ao longo da presente publicação. Tal processo envolveu:

- 1) a cocriação da *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar* por organizações da sociedade civil;
- 2) a mobilização de pessoas individuais e coletivas para a causa;
- 3) a relação com os *media*;
- 4) a promoção do debate público;
- 5) o diálogo com atores políticos.

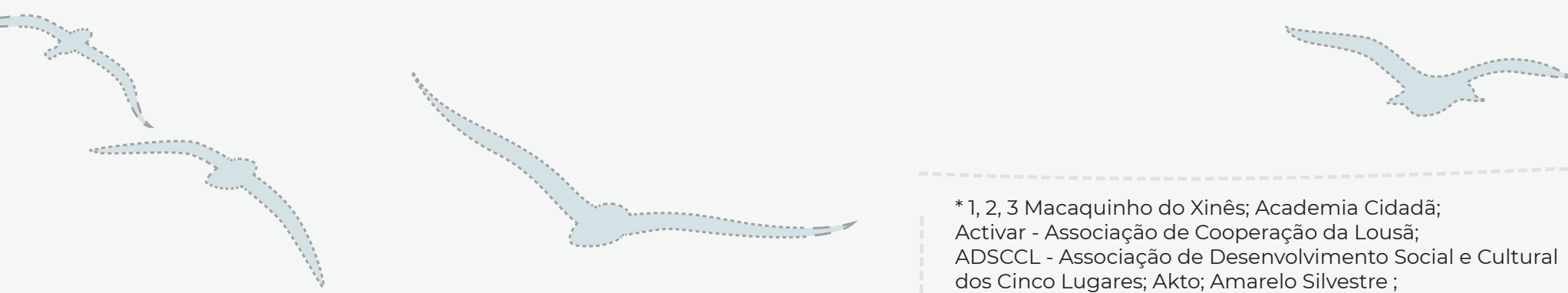


Assim, este processo de influência política não se esgotou em ações de influência “direta”, isto é, nos diálogos com quem detém a responsabilidade e o poder de tomar decisões políticas; inclui também as ações de influência “indireta”, que envolvem a colaboração e o diálogo com pessoas e organizações que, não tomando decisões políticas, têm a capacidade de as influenciar.

Este percurso que desenvolvemos assentou igualmente na valorização de espaços de diálogo continuados, no trabalho em conjunto de amadurecimento e de aprofundamento das ideias, e na criação de laços de confiança entre as partes envolvidas no processo. Estas são dimensões essenciais do nosso entendimento de como se pode materializar a influência de políticas e que partem da nossa prática e experiência no LigAções. Partilhar esta nossa visão consubstanciada na prática é uma forma de valorizar e de legitimar o conhecimento trazido e construído pela sociedade civil, e que consideramos que é complementar ao conhecimento académico que vai sendo desenvolvido nesta área. Escrever sobre a nossa experiência de influência política é para nós também uma tomada de posição política.

A presente publicação parte da nossa prática e experiência no LigAções. No seu corpo, revisitamos o processo coletivo que vivenciámos e destacamos alguns elementos que consideramos terem sido fundamentais no seu desenvolvimento, com esperança de que possam ser recuperados e adaptados, com ganho, em futuros processos colaborativos desenvolvidos por organizações da sociedade civil, movimentos cívicos e outros coletivos que, como nós, queiram empreender esforços no sentido de influenciar decisões políticas.

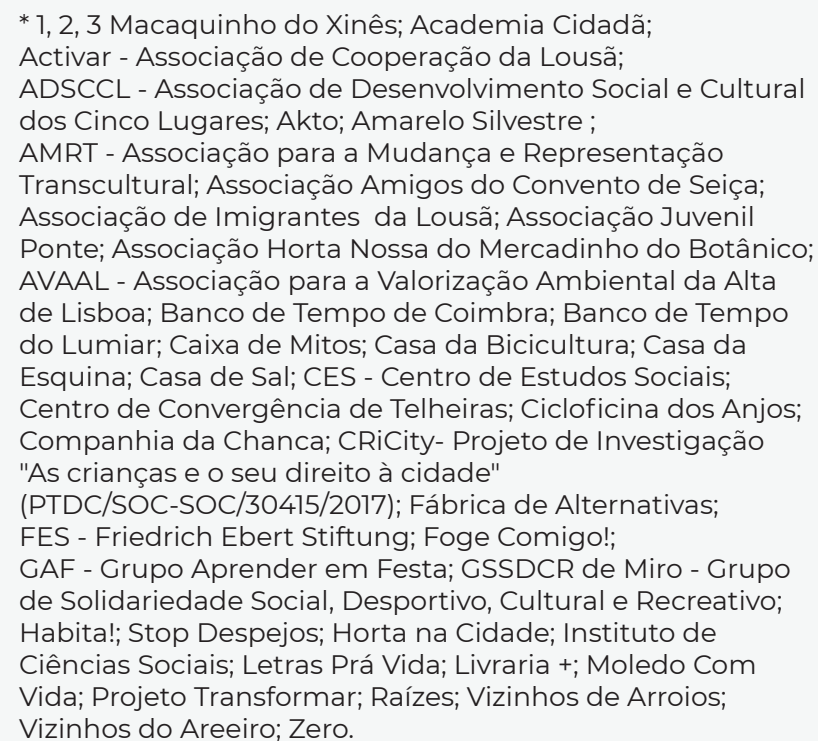
Valerá a pena clarificar que, no momento em que redigimos esta publicação, é muito pouco o que podemos concluir acerca da influência efetiva do processo que desencadeámos nas políticas públicas. Só no futuro saberemos se as propostas apresentadas foram ou não assumidas e adotadas pelas instituições responsáveis pela sua execução. Esse tempo, que precisaríamos para nos distanciarmos da vivência e podermos ter um olhar mais informado sobre os impactos da nossa ação coletiva, não existe neste projeto que, nesta altura, está na sua reta final. Efetivamente, o tempo de vida dos projetos raramente é compatível com os tempos necessários ao desenvolvimento dos processos de influência política que, nas palavras



de Luísa Teotónio Pereira¹, constituem “percursos geralmente longos e lentos”, que não se coadunam com os ciclos de vida dos projetos.

Esta publicação espelha o olhar da equipa do projeto LigAções, reúne contributos das organizações* envolvidas ao longo do processo e das reflexões emergentes dos debates pelo Direito ao Lugar. E, sobre o amadurecimento do processo reflexivo que esse olhar incorpora, é justo destacar o papel de algumas pessoas que acompanharam o curso da *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar* e deram contributos significativos: João Ferrão, José Carlos Mota, Abel Coentrão, Luísa Teotónio Pereira e Drazen Simic, e da avaliadora externa do projeto, Graça Rojão (Coolabora), pessoas que fizeram propostas concretas, que foram um porto seguro para partilharmos as nossas dúvidas e inquietações e colocarmos todas as perguntas. A todas estas pessoas e organizações agradecemos

¹ Fundadora do CIDAC, no encontro final entre coletivos, 7 de julho de 2021.



* 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês; Academia Cidadã; Activar - Associação de Cooperação da Lousã; ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares; Akto; Amarelo Silvestre ; AMRT - Associação para a Mudança e Representação Transcultural; Associação Amigos do Convento de Seiça; Associação de Imigrantes da Lousã; Associação Juvenil Ponte; Associação Horta Nossa do Mercadinho do Botânico; AVAAL - Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa; Banco de Tempo de Coimbra; Banco de Tempo do Lumiar; Caixa de Mitos; Casa da Bicultura; Casa da Esquina; Casa de Sal; CES - Centro de Estudos Sociais; Centro de Convergência de Telheiras; Cicloficina dos Anjos; Companhia da Chanca; CRiCity- Projeto de Investigação "As crianças e o seu direito à cidade" (PTDC/SOC-SOC/30415/2017); Fábrica de Alternativas; FES - Friedrich Ebert Stiftung; Foge Comigo!; GAF - Grupo Aprender em Festa; GSSDCR de Miro - Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo; Habita!; Stop Despejos; Horta na Cidade; Instituto de Ciências Sociais; Letras Prá Vida; Livraria +; Moledo Com Vida; Projeto Transformar; Raízes; Vizinhos de Arroios; Vizinhos do Areeiro; Zero.

a generosidade com que contribuíram para a riqueza deste percurso coletivo que trilhámos no projeto LigAções.

A publicação organiza-se em torno das 5 etapas que integram o processo de influência política e que antes enumerámos. Em cada uma das secções, apresentamos uma breve descrição do vivido e partilhamos aprendizagens e reflexões decorrentes desta nossa experiência.

Numa primeira secção, ocupamo-nos da primeira etapa do processo, que se consubstancia na dinâmica de cocriação que conduziu à elaboração da *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar*. Nesta secção, intitulada “o processo de cocriação”, destacamos também algumas características deste documento de posicionamento coletivo, que nos parecem positivas e que poderão, eventualmente, ser recuperadas em futuros documentos de natureza semelhante.

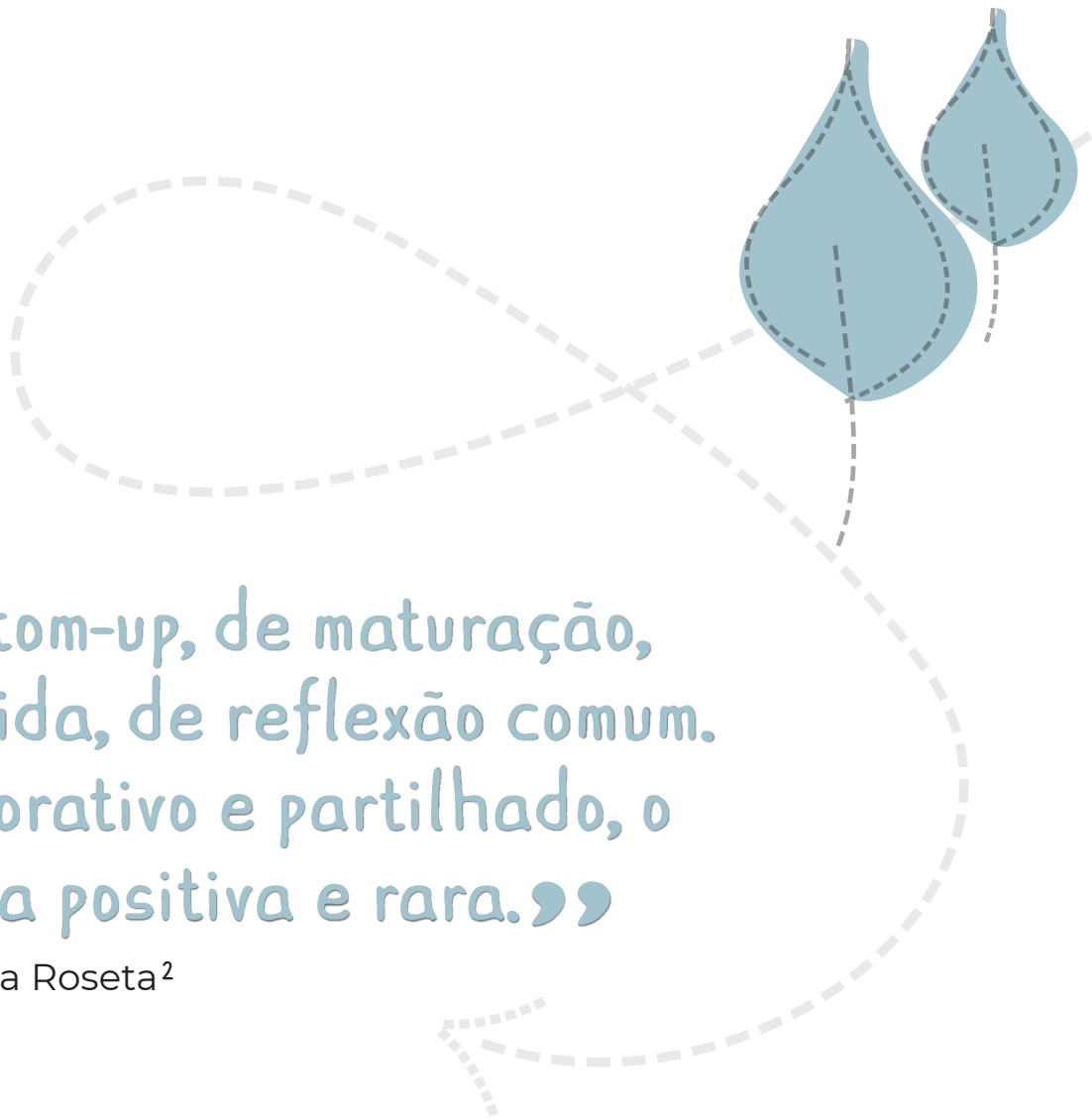
Na secção seguinte, intitulada “a mobilização para a causa”, centramo-nos na segunda etapa do nosso processo de influência política e apresentamos os pontos essenciais da subscrição e da divulgação da carta.

A secção designada “relação com os *media*” incide sobre a experiência e as reflexões que realizámos nos contactos e diálogos com jornalistas que concederam tempo de antena e espaço na imprensa escrita.

Os processos de discussão alargada da carta e de sensibilização da opinião pública, que se materializaram em diversos debates, são tratados na quarta secção desta publicação sob o nome “mobilização para a causa”.

Na quinta secção, o assunto que nos ocupa é o “diálogo com atores políticos”, que teve lugar na quinta e última etapa do processo colaborativo de influência política que desenvolvemos. Esperamos que a leitura desta publicação estimule a imaginação de novos percursos transformadores.

1.^a ETAPA
O PROCESSO DE COCRIAÇÃO



“Um processo de bottom-up, de maturação, de muita gente envolvida, de reflexão comum. É um processo colaborativo e partilhado, o que é uma coisa positiva e rara.”

Helena Roseta²

²Arquiteta e Coordenadora Nacional do programa Bairros Saudáveis, no primeiro Debate pelo Direito ao Lugar, 28 de abril de 2021.

O problema do esvaziamento dos lugares e a condição das pessoas que, nos centros das grandes cidades e nas zonas de baixa densidade populacional, são forçadas a prescindir de viver nos lugares com que se identificam, a que se sentem ligadas e a que sentem que pertencem, estiveram no centro do debate e da reflexão de um conjunto de organizações da sociedade civil.

Ao longo de quase dois anos e de uma sequência de vários encontros, uns envolvendo organizações do centro do país, outros as da grande Lisboa e outros ainda as organizações dos dois territórios, criaram-se espaços de diálogo e reflexão entre pares que possibilitaram a emergência de leituras mais integradas e compreensivas dos problemas e a imaginação de propostas concretas para os resolver ou minimizar.

No quadro deste processo colaborativo, foi elaborado um documento de posicionamento coletivo, a *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar* que, num tom de interpelação, apresenta uma leitura das razões que conduzem à perda do Direito ao Lugar em contextos rurais e urbanos, alerta para as consequências das migrações não voluntárias, apresentando também um conjunto de medidas com potencial de promover o Direito ao Lugar.

Esta carta tem sido amplamente divulgada e apropriada pelas organizações que a elaboraram. Trata-se de um leque alargado e heterogéneo de organizações, formais e informais, distintas nas suas características, dimensões e propósitos de atuação: associações de moradores, organizações de defesa dos direitos humanos, de defesa dos direitos de migrantes e crianças, do direito à habitação e à mobilidade, associações culturais e recreativas, de defesa do ambiente e de defesa do património, associações de desenvolvimento local e cooperativas.



1.º encontro entre organizações
Centro do Graal, Golegã

O primeiro encontro entre organizações teve lugar no Centro do Graal, na Golegã, a meio caminho entre os dois territórios de intervenção. Foi um encontro fundamental para delimitarmos o problema que nos ocuparia até ao final do projeto: a impossibilidade de muitas pessoas de habitarem os lugares com que se identificam, por outras palavras, a privação do Direito ao Lugar.



2.º Encontro entre organizações
Casa da Esquina, Coimbra



4.º Encontro entre organizações
Terraço do Graal, Lisboa

Seguiu-se uma sequência de dois encontros em Coimbra, na Casa da Esquina, e um terceiro encontro *online*, envolvendo organizações do Centro do país e ainda mais três encontros no Terraço do Graal, envolvendo as organizações da Grande Lisboa.

No decurso do processo, realizámos também várias conversas “bilaterais” com as organizações envolvidas. Estas reuniões serviram para as auscultar em profundidade sobre temas específicos ou sobre o texto do documento de posicionamento coletivo, que foi sucessivamente reformulado, tornando-se um documento vivo e escrito a muitas mãos.

Ao longo destes encontros, fomos aprofundando a compreensão das causas do problema de partida, identificámos as suas consequências e foram consensualizadas e propostas medidas de política que entendemos capazes de contribuir para a devolução de habitantes ao centro das grandes cidades e aos meios rurais.

Sobre este processo, destacamos, nas linhas a seguir, algumas reflexões e aprendizagens que nos parecem significativas e a levar em linha de conta em futuras dinâmicas desta natureza.

Aspetos da ação a ter em conta:

1 Faz sentido envolver múltiplos atores na procura de respostas para enfrentar problemas complexos.

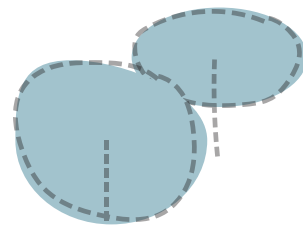
Foi nossa opção reunir organizações com áreas de intervenção muito distintas, como antes evidenciámos. Partimos da convicção de que o problema das assimetrias territoriais é complexo, exige leituras a partir de múltiplos ângulos e o cruzamento de diferentes dimensões e pontos de vista. Acreditámos fazer sentido a mobilização de múltiplos atores, com diferentes referências, experiências e mundivisões, na procura e construção coletiva de soluções.

Tínhamos a consciência da necessidade de romper com a atomização das visões e das agendas e de que não existem soluções simples, lineares e “mágicas” para problemas complexos: precisamos de as construir!

2 É importante valorizar a diversidade e abraçar os indissociáveis desafios.

Quando reunimos um grupo tão diverso de organizações é esperado que nem sempre haja sintonia de perspectivas, preocupações, prioridades, linguagens, percepções e interpretações da realidade. Efetivamente, ao longo do processo, o fluxo de ideias e propostas foi intenso e houve momentos em que parecia impossível integrar contributos tão díspares e, por vezes, contraditórios.

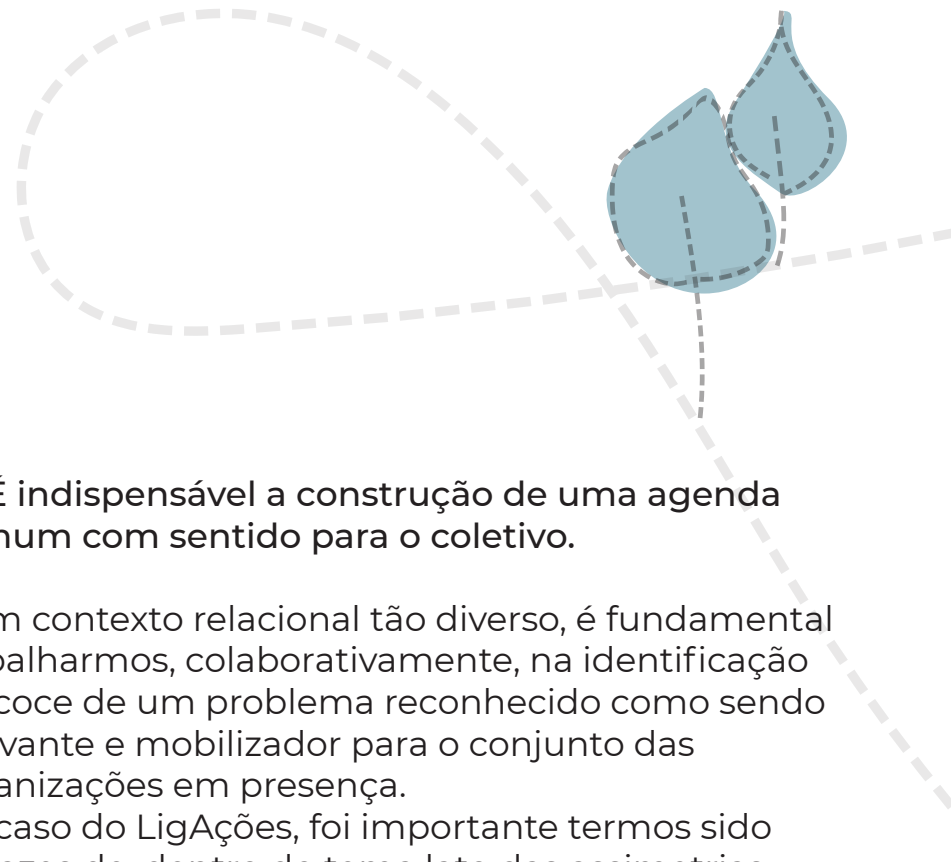
Reconhecendo a riqueza da diversidade, é importante estarmos conscientes de que a conciliação de todos os contributos será desafiante. Um processo com estas características exige um esforço adicional na construção de uma visão partilhada, indispensável à elaboração de um documento único, coerente e consensualizado entre todas as partes, como era aquele que nos propusemos elaborar.



3 É indispensável a construção de uma agenda comum com sentido para o coletivo.

Num contexto relacional tão diverso, é fundamental trabalharmos, colaborativamente, na identificação precoce de um problema reconhecido como sendo relevante e mobilizador para o conjunto das organizações em presença.

No caso do LigAções, foi importante termos sido capazes de, dentro do tema lato das assimetrias do território, chegarmos, em conjunto, à problematização da privação do Direito ao Lugar, nas suas múltiplas faces e expressões. Foi um tema mobilizador que, de algum modo, se relaciona com as vivências individuais e com a ação de todas as organizações envolvidas e que abriu a possibilidade de convergência das agendas específicas das organizações numa agenda comum.



4) Importa criar condições para que o grupo compreenda e se aproprie do processo.

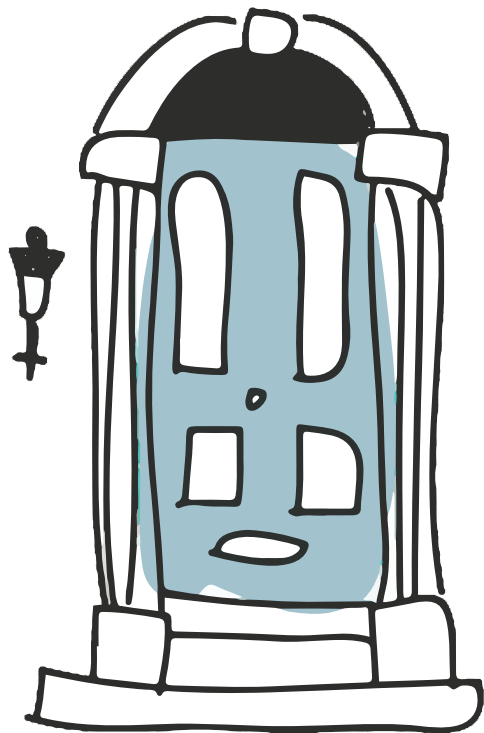
Logo numa primeira abordagem, apresentámos um esquema simples e visual dos momentos chave incluídos na metodologia que propúnhamos. Esta visão panorâmica das atividades permitiu que as organizações se apropriassem da proposta e compreendessem o que delas seria esperado a cada momento. A representação esquemática do processo foi retomada em cada um dos encontros, de forma a situar as pessoas em relação às etapas do projeto, permitindo-lhes antecipar os próximos passos. Foi sendo atualizada e enriquecida com fotografias ilustrativas das atividades realizadas. A cada momento, foi importante clarificar que o caminho proposto foi resultado de escolhas determinadas pelos recursos disponíveis, pelas competências e opções metodológicas das organizações promotoras. Contudo, ficou sempre em aberto a possibilidade de se introduzirem ajustes e adaptações no decurso da ação, sendo que a proposta metodológica apresentada não pretendia ser rígida e fechada.

5) É necessário remover barreiras à participação e manter viva a motivação.

As organizações da sociedade civil debatem-se frequentemente com agendas exigentes e com a escassez de recursos humanos. A decisão de se participar em processos colaborativos, como o que propusemos, implica que reconheçam o valor do processo, a relevância das causas e a esperança de se poder contribuir para a construção de outras realidades possíveis. Assim, é necessário que tenhamos em linha de conta as expectativas e motivações que explicam o envolvimento das pessoas e organizações e criar condições para que estas se mantenham vivas. Importa também identificar barreiras à participação e tentar removê-las ou reduzir o seu peso.

Por exemplo, ao longo do processo e, em particular, no arranque do mesmo, fomos confrontadas com as reticências por parte de representantes de algumas organizações, à partida pouco disponíveis e com pouco ânimo para participar em processos que envolvessem o diálogo com atores políticos.

A par com discursos de desconfiança relativamente a estes interlocutores (em particular, aos autarcas), foi expressa a frustração com o baixo impacto de processos de influência de decisões políticas em que investiram anteriormente. Neste quadro, foi importante dar espaço para a expressão deste “sentimento de impotência”, ao mesmo tempo que se sublinhava a necessidade de a sociedade civil se organizar e ganhar voz na decisão política, contribuindo, por esta via, para a melhoria das condições das comunidades.



6 A criação de um ambiente de confiança e de reconhecimento mútuo é condição para que todas as pessoas possam contribuir plenamente e o diálogo aconteça.

Consideramos ter sido crítico para o bom desenvolvimento do processo a centralidade que atribuímos às questões relacionais e à colaboração entre organizações. No decurso do projeto, criámos intencional e continuamente espaços seguros de diálogo e escuta, capazes de estimular a expressão e o contributo de todas as pessoas. A escuta é uma componente fundamental deste processo, é a base dos diálogos que enriquecem e transformam a nossa compreensão dos problemas e geram novas ideias.

A horizontalidade nas relações e os laços de confiança e cooperação entre organizações não são espontâneos, naturais e imediatos. Para os construir, valorizámos os contactos personalizados, as relações face-a-face, propusemos dinâmicas que favorecem o conhecimento mútuo e a participação de todas as pessoas. Em diferentes momentos a nossa proposta metodológica passou pelo trabalho em pequenos grupos.

7 Importa investir na sistematização e na devolução criativa dos conteúdos emergentes dos diálogos.

Deverá ser transversal a todo o processo de cocriação a preocupação de registrar, organizar e devolver os contributos surgidos nos encontros. A elaboração de memórias e de representações gráficas das ideias foi uma tarefa à qual a equipa do projeto LigAções se dedicou, tendo os suportes produzidos assumido uma grande centralidade nos diálogos subsequentes.

A organização e devolução dos conteúdos previne que se instale a percepção da inutilidade dos debates, muitas vezes entendidos por quem neles participa como um “desperdício de tempo”. Além disso, a devolução comunica, de forma muito prática, o valor reconhecido às ideias expressas e oferece a possibilidade de nos assegurarmos que a nossa compreensão do que foi dito foi completa e adequada.

8 É fundamental criar espaços para uma reanálise atenta, manter o diálogo permanente e fazer múltiplas alterações e revisões até chegarmos a um documento com sentido para todo o grupo.

Retemos do processo que é uma boa opção resistir à tentação de “atalhar” e de assumir como definitivas partes do texto enquanto persistem resistências, dúvidas ou enquanto não fazem sentido para todo o grupo. É necessário dedicar tempo para amadurecer e conciliar pontos de vista: facilitar consensos, sublinhar complementaridades, estimular compromissos com as produções coletivas e construir, de forma persistente e intencional, um documento que incorpore uma visão com sentido e compartilhada por todo o grupo. Esta foi uma das tarefas centrais deste processo e que reconhecemos ser fundamental para a corresponsabilização e apropriação do documento de posicionamento coletivo.

9 É indispensável que exista uma equipa responsável pela coordenação dos contributos e que a mesma assuma e cultive uma atitude de abertura à crítica e de desapego em relação ao trabalho de sistematização por si realizado.

É frequente que os conteúdos e o modo como propusemos a organização dos mesmos não resistam intactos a um segundo olhar do grupo. É muito importante não oferecer resistências ou adotar, à partida, posições de justificação ou de defesa da proposta apresentada, quando elementos do grupo a põem em causa ou propõem alterações. Devemos ter presente que os processos de coconstrução são processos dinâmicos, complexos e não-lineares. Tal como os avanços, também os “recuos” e as discordâncias são previsíveis e devem ser encarados com a esperança de que possam, depois de trabalhados pelo grupo, acrescentar qualidade ao processo e aos resultados.



Apresentação da Carta Aberta
Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

CARTA ABERTA PELO DIREITO AO LUGAR

“Chega-se a esta carta através de um processo de maturação que vem da experiência, da reflexão sobre a experiência, de muitas pessoas e organizações que afirmam (...) o que conhecem, o que sabem ser importante.”

Jorge Wemans³

³Jornalista e fundador do Público, no primeiro Debate pelo Direito ao Lugar, 28 de abril de 2021.

DIREITO AO LUGAR MEDIDAS TRANSFORMADORAS

MEDIDAS EM ÁREAS URBANAS EM
DESPOVAMENTO. PROPOSTAS PELO GRUPO DE
ORGANIZAÇÕES DA GRANDE LISBOA

A HABITAÇÃO

AI SOLO, CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Aumentar o solo urbano municipal para habitação pública. X

Criar mecanismos financeiros e outros incentivos à população para instalação de minijardins e mini-hortas urbanas. X

Aumentar a extensão e a contiguidade de espaços verdes. X

Garantir que, sempre que possível, todas as ruas têm árvores, canteiros e bancos com encosto. X

Promover projetos comunitários, participativos e experimentais, de desenho, apropriação e uso de espaços públicos no âmbito de programas municipais, incluindo também os privados.

Tornar acessíveis equipamentos para trabalhar a terra e disponibilizar terrenos municipais para cultivo. X

Simplificar a fiscalidade e os critérios de acesso a apoios financeiros para cooperativas e unidades de pequena produção. X X

A2 ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO LOCAL

Promover modelos colaborativos e apoiar produtores locais.

Garantir a disponibilidade e qualidade de água ao longo de todo o ano e uma maior eficiência das suas infraestruturas (monitorização de perdas, etc.). X X

Criar mecanismos de escuta da população no que diz respeito à programação cultural e aumentar o apoio a iniciativas e coletivos culturais, nomeadamente pela via da redução da carga das candidaturas para apoio de um gabinete de apoio a projetos culturais. X

CARTA ABERTA PELO DIREITO AO LUGAR

Em Portugal, temos assistido a uma perda significativa da população residente em zonas rurais e nos centros das grandes cidades. Este esvaziamento de população residente, que vai adensar as grandes concentrações urbanas e expandir as periferias das grandes cidades, corresponde, em muitos casos, à perda do direito ao lugar e a um aumento das desigualdades.

Quantas pessoas são hoje, em Portugal, forçadas a prescindir de viver nos lugares com que se identificam, a que estão ligadas e a que sentem que pertencem, por não ser uma escolha habitá-los, por não encontrarem aí condições de bem-viver?

NOS CENTROS DAS GRANDES CIDADES

Quantas pessoas que os habitantes das periferias, à medida que a habitação se tornaram inacessíveis?

Quantas foram despejadas pela crescente pressão turística e imobiliária (sobre)valorizada?

Assistiremos passivamente os centros das grandes cidades a perderem população residente, ao afrouxamento da coesão social e da solidariedade que se instala?

Vamos naturalizar as dificuldades das periferias das grandes cidades?

Devemos encarar como um problema gerado nestes lugares o aumento da população?

Vamos deixar que se perpetuem os efeitos na qualidade de vida e no nomeadamente ao nível da mobilidade quotidiana, de interesse geral?

Vamos perder a oportunidade de a habitação face à redução associada à pandemia e de devolver habitantes às zonas rurais?

NAS ZONAS RURAIS

Quantas pessoas que não encontram oportunidades profissionais? E quantas concretizam o projeto de vida?

Quantas pessoas enfrentam a escassez de serviços e a falta de equipamentos e infraestruturas fundamentais ao bem-viver das comunidades rurais?

A qualidade da infraestrutura digital e da rede de transportes não será condição indispensável para gerar e sustentar dinâmicas demográficas e económicas positivas e equilibradas?

Assistiremos passivamente ao de facto da vida rural e à proliferação de discursos fatalistas sobre o dito "interior abandonado", sempre descrito pelo que lhe falta e raramente pelas suas vantagens e potencialidades?

Não teremos de questionar e desmontar a mentalidade centralista e resistir às políticas inadaptadas que não servem quem vive nos territórios rurais, que se baseiam em visões simplistas sobre o mundo rural, entendido como um todo homogêneo?

Seremos capazes de reforçar a tendência a que assistimos durante a pandemia para a valorização e consumo de produtos locais e para as potencialidades do trabalho à distância?

Vamos perder a oportunidade de potenciar o interesse e o desenvolvimento nos contextos rurais e de aumentar a coesão social nestas zonas?

DESENVOLVIMENTO

Em nível nacional, das zonas rurais, bem como das zonas urbanas, os fatores de desenvolvimento. X X

Desenvolvimento experimental de modelos de vida para quem vem viver para o interior, combinando a densidade, combinando a habitação, por exemplo) com a produção, trabalho, etc. X

As zonas rurais não são, nem sempre, homogêneas. A proteção, o desenvolvimento dos direitos ao lugar, a valorização das posturas variadas e complexas de construção. Neste contexto, consideramos a cidadania, em particular, a proximidade entre os cidadãos, as ações.

CARTA ABERTA PELO DIREITO AO LUGAR

Organizações envolvidas na elaboração da carta aberta

- 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês
- Academia Cidadã
- Activar - Associação de Cooperação da Lousã
- ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares
- Akto
- Amarelo Silvestre
- AMRT - Associação para a Mudança e Representação Transcultural
- Associação Amigos do Convento de Seixa
- Associação de Imigrantes da Lousã
- Associação Juvenil Ponte
- Associação Horta Nossa do Mercadinho do Botânico
- AVAAL - Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa
- Banco de Tempo de Coimbra
- Banco de Tempo do Lumiar
- Caixa de Mitos
- Casa da Bicultura
- Casa da Esquina
- Casa de Sal
- CES - Centro de Estudos Sociais
- Centro de Convergência de Telheiras
- Cicloflicina dos Anjos
- Companhia da Chanca
- CRICity - Projeto de Investigação "As crianças e o seu direito à cidade" [proj/soc-soc/2015/2017]
- Fábrica de Alternativas
- FES - Friedrich Ebert Stiftung
- FGS - Fundação Gonçalo da Silveira
- Foge Cornigol
- GAF - Grupo Aprender em Festa
- GSSDCR de Miro - Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo
- Graal
- Habita!
- Stop Despejos
- Horta na Cidade
- ICS - Instituto de Ciências Sociais
- Letras Prá Vida
- Livraria +
- Moledo Com Vida
- Projeto Transformar
- Raizes
- Vizinhos de Arroios
- Vizinhos do Areeiro
- Zero

sites.google.com/view/projetologicoes projetologicoes@gmail.com
facebook.com/direitoaolugar instagram.com/direitoaolugar

CARTA ABERTA PELO DIREITO AO LUGAR

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

Graal FGS

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ESTUDOS MIRENE

O processo de coconstrução, sobre o qual antes nos detivemos, culminou na Carta Aberta pelo Direito ao Lugar.

A Carta Aberta pelo Direito ao Lugar é um documento de posicionamento coletivo que pretende dar a conhecer os pontos de vista das organizações participantes acerca do problema da perda de população nas zonas rurais e nos centros das grandes cidades. Exprime preocupação e inconformidade, chama a atenção para as causas e consequências deste problema e aponta medidas a adotar em diferentes áreas, tendo em vista a minimização deste problema.

A carta aberta foi bem acolhida e obteve uma visibilidade que superou as nossas expectativas. Nas linhas que se seguem destacamos algumas características deste documento que consideramos que terão concorrido para este efeito.

- Optámos por uma narrativa simples, direta e clara, evitando a linguagem jurídica e a terminologia mais corrente entre as organizações não governamentais.
- O problema de partida é definido através de questões, o que dá ao documento um tom de interpelação, mais do que acusatório.
- É um documento propositivo que avança com medidas concretas. Esta natureza “construtiva”

do documento é valorizada por Helena Roseta, nas suas palavras:

“Normalmente, estes processos são mais para contestar do que para construir. E aqui temos um processo para construir, que é extremamente interessante.”

- Identifica os órgãos de poder aos quais se recomenda a implementação dessas propostas.
- Apesar das medidas serem recomendadas a atores políticos, o documento interpela-nos enquanto sociedade. Como nos disse João Ferrão⁴:

“Se a carta tem, de facto, uma frente explícita que procura influenciar a decisão, tem uma outra frente implícita (...) esta carta pode e deve transformar-se num instrumento muito importante de capacitação dos cidadãos.”

- Ganhou peso e expressão pelo facto de ter sido elaborada por um número significativo de organizações.
- Ganhou também com a edição: o grafismo leve, apelativo e moderno distinguiu-o de outras cartas abertas, mais densas e pesadas.

⁴Geógrafo e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no primeiro Debate pelo Direito ao Lugar, 28 de abril de 2021.

2.ª ETAPA

A MOBILIZAÇÃO PARA A CAUSA

Finalizada a *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar*, foi fundamental dar a conhecer o documento que havíamos elaborado e mobilizar pessoas e organizações para a causa do Direito ao Lugar. Tivemos a consciência de que a legitimidade das posições assumidas no documento seria reforçada se obtivéssemos o apoio alargado de cidadãos e cidadãs e das organizações da sociedade civil.

Foi com o intuito de tornar este apoio concreto e visível que optámos por abrir a possibilidade de subscrição da carta por pessoas individuais e coletivas não envolvidas na sua elaboração. Foi criado um link para um formulário, onde era pedido que a pessoa/organização deixasse alguns dados de identificação. Submetido o formulário, enviávamos um e-mail de confirmação e acrescentávamos o nome à listagem de subscrições.

Também reforçámos a nossa presença online: desenvolvemos um [website](#) e criámos páginas em duas redes sociais, o [Facebook](#) e o [Instagram](#). As organizações que participaram no processo partilharam os conteúdos publicados, levando-os

para as suas próprias páginas. Ainda no que diz respeito à divulgação da carta, há que referir os contactos personalizados que estabelecemos com pessoas e organizações, convidando-as a ler e a subscrever a carta.

Desenvolvemos suportes próprios para a divulgação, nomeadamente um [vídeo de apresentação](#) da *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar*, que considerámos ter sido bem-sucedido: trouxe visibilidade à carta, captou novos públicos e revelou-se eficaz no convite à subscrição. Efetivamente, este recurso audiovisual atingiu audiências alargadas, sendo expressivo o número de visualizações e de partilhas, tanto no *Facebook* como no *Youtube*.

Abaixo partilhamos, sinteticamente, algumas reflexões e aprendizagens retiradas ao longo do desenvolvimento das atividades e diligências levadas a cabo no processo de “mobilização para a causa”.



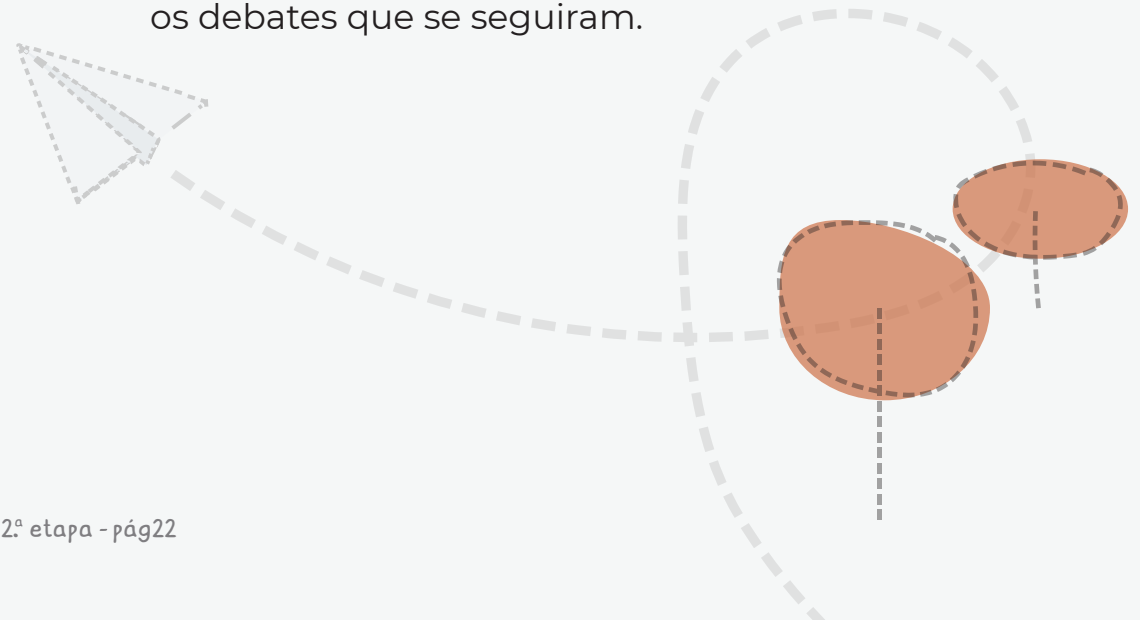
Aspetos da ação a ter em conta:

Quanto ao processo de subscrição

- 1 Importa que o processo de subscrição seja simples e acessível a pessoas menos familiarizadas com as novas tecnologias.
- 2 É fundamental garantir que o ato de subscrição não consome muito tempo.
- 3 É necessário garantir a segurança e a privacidade dos dados fornecidos no processo de subscrição. O nome e a ocupação das pessoas subscritoras foram as únicas informações divulgadas na listagem de subscrições, assegurando-se a privacidade dos contactos e dos dados sociodemográficos recolhidos.
- 4 Faz sentido tornar pública a listagem das subscrições. A consulta da lista das pessoas e organizações subscritoras permite a constatação da diversidade dos públicos mobilizados e o facto

da carta ser assinada por personalidades socialmente reconhecidas produz efeitos positivos em termos de adesão à causa.

- 5 Parece-nos importante que as pessoas possam escolher a ocupação ou o papel pelo qual querem ser identificadas. Demarcámo-nos da lógica de priorização e centralidade conferida ao mundo do trabalho, abrindo a possibilidade das pessoas se identificarem com papéis desempenhados noutras esferas das suas vidas, que considerem significativos.
- 6 É útil pedir os contactos de e-mail às pessoas subscritoras para as poder manter a par da evolução do processo e, com a devida autorização, divulgar por essa via futuras iniciativas do projeto. A lista de e-mails que se gerou das subscrições foi, no nosso caso, essencial para a mobilização das pessoas para os debates que se seguiram.



Sobre o website e redes sociais

- 1) Faz sentido apostar nas redes sociais e alimentá-las regularmente dado que, para além da divulgação, têm o potencial de tornar o processo mais interativo, através dos gostos, dos comentários e das partilhas.
- 2) Importa diversificar as redes sociais através das quais comunicamos para chegarmos a públicos diferenciados. No nosso caso, optámos pelo *Facebook* e *Instagram*. Os conteúdos devem ser adaptados às diferentes plataformas (ex: no Instagram, os elementos são essencialmente fotografias e imagens, ao contrário do *Facebook*, onde há espaço para mais elementos textuais).
- 3) Faz sentido assegurar que o *website* e as redes sociais funcionam de forma coordenada e que se comunicam os mesmos conteúdos, dado que diferentes públicos recorrem a diferentes fontes para se informarem.

- 4) É importante garantir a disponibilização de informação sobre o processo, as organizações envolvidas e os materiais que vão sendo produzidos para que qualquer pessoa se possa inteirar do projeto. No nosso caso, o website foi um espaço onde se reuniram todas as informações e todos os recursos produzidos, servindo como uma espécie de “repositório”.



No que se refere aos contactos personalizados

- 1 Concluimos que o esforço de abordar diretamente pessoas e organizações é compensatório, dado que se sentem efetivamente “convidadas” e envolvidas. Muitas vezes, há um hiato entre o estar-se informado da existência da possibilidade de subscrição de um documento de posicionamento coletivo e o gesto de o apoiar/subscrever. O contacto personalizado encurta essa distância.
- 2 É importante utilizar os canais mais adequados a cada pessoa e evitar contactos múltiplos com o mesmo fim: com algumas pessoas é mais eficaz o contacto personalizado através de *e-mail* e, para outras, o contacto telefónico é o privilegiado, sendo que se reconhece a importância de não sobrecarregar os destinatários com contactos excessivos.

Quanto ao vídeo de apresentação

- 1 É importante apostar na qualidade técnica deste tipo de suporte, de forma a captar a atenção e o interesse. No caso do vídeo de divulgação da carta aberta, parece-nos que foram críticos para o sucesso: a qualidade da imagem e do som, o profissionalismo da edição, o ritmo e a duração adequada.
- 2 É importante adaptar o texto escrito ao registo da oralidade, retirando palavras, encurtando as orações, tornando-o mais fluído.
- 3 Faz sentido mobilizar para as filmagens pessoas que efetivamente participam nos processos, o que torna o vídeo mais genuíno, diverso e mais provável de ser apropriado pelas próprias pessoas e organizações implicadas.



3.^a ETAPA
A RELAÇÃO COM OS MEDIA

“Deste lado continua a haver muita gente
à espera de contar uma boa história.”

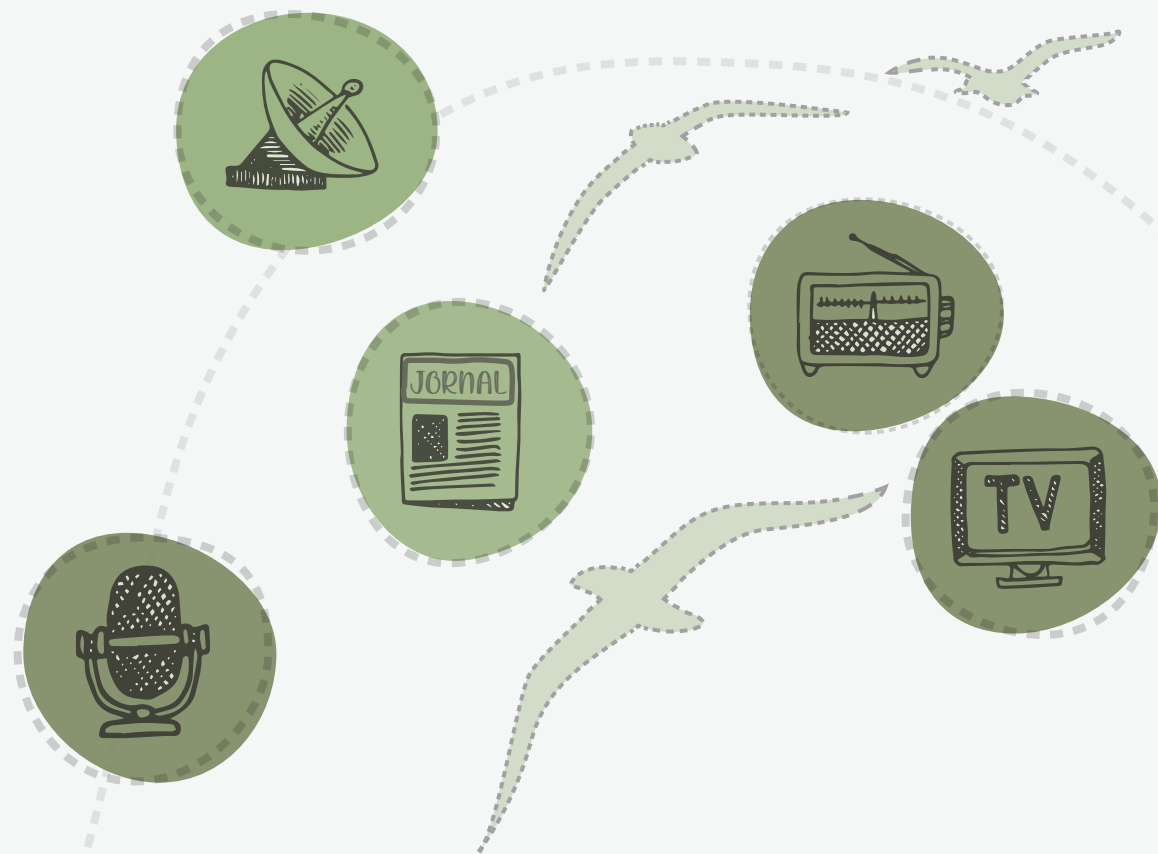
Abel Coentrão⁵

⁵Jornalista do Público, no encontro entre coletivos na Gulbenkian, 7 de julho de 2021.

Neste processo, pareceu-nos de grande importância envolver os órgãos de comunicação social, na expectativa de fazer chegar a mensagem contida na *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar* a públicos mais alargados. O objetivo foi o de mais pessoas conhecerem e subscreverem a carta aberta e que as preocupações e propostas contidas no documento ganhassem maior reconhecimento. Tínhamos também a consciência de que a visibilidade mediática teria impacto no nível de atenção que viria a ser concedida pelos atores políticos.

Habitualmente, as organizações da sociedade civil têm dificuldade em conseguir atenção mediática, num contexto em que, como nos dizia Abel Coentrão, numa mensagem gravada para o encontro final entre coletivos envolvidos no LigAções, “estamos todos a ser bombardeados com milhões e milhões de mensagens (...) há milhares de boas histórias para contar e poucos jornalistas para as contar”.

Os media, de uma forma geral, estão pouco atentos à sociedade civil e, pelo contrário, dão grande visibilidade às instituições políticas e político-partidárias. Esta atenção seletiva, este filtro, faz com que haja mensagens, realidades e experiências que sejam sistematicamente ignoradas pela população.



E assim, ao obterem pouco espaço mediático, ao não serem encaixadas nas “narrativas que a própria imprensa produz sobre o quotidiano de um país (...)”, perdemos, como afirma o jornalista do público Abel Coentrão, “em diversidade de olhares, de propostas”.

Neste projeto, conseguimos algum tempo de antena e espaço na imprensa escrita, em órgãos de comunicação nacionais e regionais. Da nossa experiência na relação com os media, retiramos algumas conclusões, apresentadas de seguida.

Aspetos da ação a ter em conta:

1 O envolvimento de um número significativo de organizações da sociedade civil, de diferentes geografias e áreas de intervenção, potencia o aumento da atenção concedida pelos órgãos de comunicação. Confere maior legitimidade à mensagem que queremos passar. Dizia-nos Abel Coentrão, na gravação antes referida:

“Não é tão habitual assim nós vermos tantas instituições, tão diversas, de tantas proveniências geográficas e temáticas, juntarem-se para trabalhar da forma como vocês trabalharam em torno de um tema (...) a maneira como vocês trabalharam acaba por chamar a atenção e, por isso, estão de parabéns. Porque a atenção que tiveram merecem-na pela forma como estão, efetivamente, a agir.”

2 Importa diversificar os meios de comunicação para que a mensagem chegue a diferentes públicos. No caso do LigAções, foram envolvidos jornais online e impressos, estações de rádio e programas de televisão.

3 Num projeto que envolve atores de diferentes territórios, como o LigAções, faz sentido contactar os meios de comunicação social nacionais e locais, para diversificar os públicos alcançados. No caso do LigAções, os contactos com os órgãos de comunicação a nível local foram personalizados e estabelecidos pelas entidades que têm relações prévias de colaboração com jornalistas da sua região.

4 É útil a disponibilização de suportes textuais e gráficos às organizações envolvidas no processo, facilitando iniciativas de contacto com os *media* locais, garantindo-se a coerência da comunicação.

5 Não faz sentido enviar “massiva” e indiscriminadamente comunicados de imprensa para todos os órgãos de comunicação social. Importa conhecer a linha editorial, procurar jornalistas que tenham escrito sobre temas afins e contactá-los diretamente, cultivando relações de cumplicidade e confiança.

- 6) É importante envolver pessoas ligadas à comunicação social ao longo do processo, estabelecendo relações com alguma continuidade para que, quando houver algum acontecimento ou material a divulgar, o/a jornalista já esteja familiarizado com a causa que nos mobiliza e sensibilizado/a para a relevância da mesma.
- 7) É importante cultivar a persistência. Como nos dizia Abel Coentrão, “o caminho não é desistir, mas insistir (...) “tentar falar com elas [pessoas/jornalistas] diretamente em vez de esperar que um e-mail as convença a devolver uma chamada”.
- 8) É mais provável que um assunto chegue à agenda mediática através de um acontecimento “noticiável”, seja um evento, um lançamento ou um resultado de um processo. No caso deste projeto, o acontecimento “catalizador” foi o lançamento da carta aberta e do vídeo de apresentação e, posteriormente, os debates.
- 9) Vale a pena fazer um esforço para cruzar os conteúdos que queremos que recebam atenção dos media com aqueles que ocupam a agenda mediática no momento. No caso do LigAções, nos comunicados de imprensa, afirmamos a relevância e a atualidade da carta aberta num momento em que se construíam programas eleitorais para as autarquias.
- 10) Ainda relativamente aos comunicados de imprensa, importa que a comunicação seja simples e direta e o recurso a uma linguagem corrente, mas cuidada, que não exija muito esforço de “descodificação”.
- 11) É essencial selecionar informação, elaborar textos concisos resistindo à tentação de fornecer toda a informação de que dispomos. As manchas de texto densas e extensas correm o risco de não captar a atenção, de fazer com que o/a jornalista desista mesmo antes de iniciar a leitura. No LigAções, tentámos escrever comunicados de imprensa usando parágrafos curtos, espaçados por uma linha e com sublinhados com cores suaves, de forma a não desmobilizar para a leitura dos mesmos.
- 12) Faz sentido mobilizar recursos para além da palavra escrita, por exemplo, imagens, esquemas, vídeos, etc. No caso do LigAções, consideramos ter sido importante a partilha do vídeo de apresentação da carta, bem como os suportes visuais criados para os debates para captar o interesse dos media.
- 13) Importa preparar as entrevistas: ter as ideias bem organizadas, desenvolver uma narrativa articulada, imaginar perguntas e planear respostas, definindo previamente o que é essencial comunicar.

4.^a ETAPA A PROMOÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

Durante o processo de mobilização para a causa, no qual procurámos obter o apoio alargado de cidadãos e cidadãs e das organizações da sociedade civil, investiu-se também no aprofundamento do conhecimento e no alargamento da discussão em torno do Direito ao Lugar, a partir de diferentes momentos de debate público.

A intensificação do debate na esfera pública favoreceu a mobilização cívica, foi importante para fundamentar os posicionamentos sobre os temas em discussão e reforçar a introdução do tema do Direito ao Lugar na agenda pública, mediática e política.

Realizaram-se três tipos de debates de diferente natureza: alguns deram voz, sobretudo, a atores ligados à academia e aos *media*, outros a grupos específicos, mais concretamente crianças e jovens e, finalmente, realizou-se um debate envolvendo diferentes movimentos cívicos.

Quanto aos debates com especialistas, que decorreram *online*, convidámos a partilhar os seus pontos de vista um conjunto de pessoas de referência em diversas áreas, reconhecidas a nível nacional. Foram elas: o professor João Ferrão, a arquiteta Helena Roseta (num debate sob a moderação de Jorge Wemans e que pode ser revisto [aqui](#)); a professora Helena Freitas, o professor José Reis, o jornalista Miguel Midões (num debate que pode ser ouvido [aqui](#)); a socióloga Ana Drago, a professora Teresa Sá Marques e o professor Paulo Peixoto (num debate que pode ser revisto [aqui](#)).

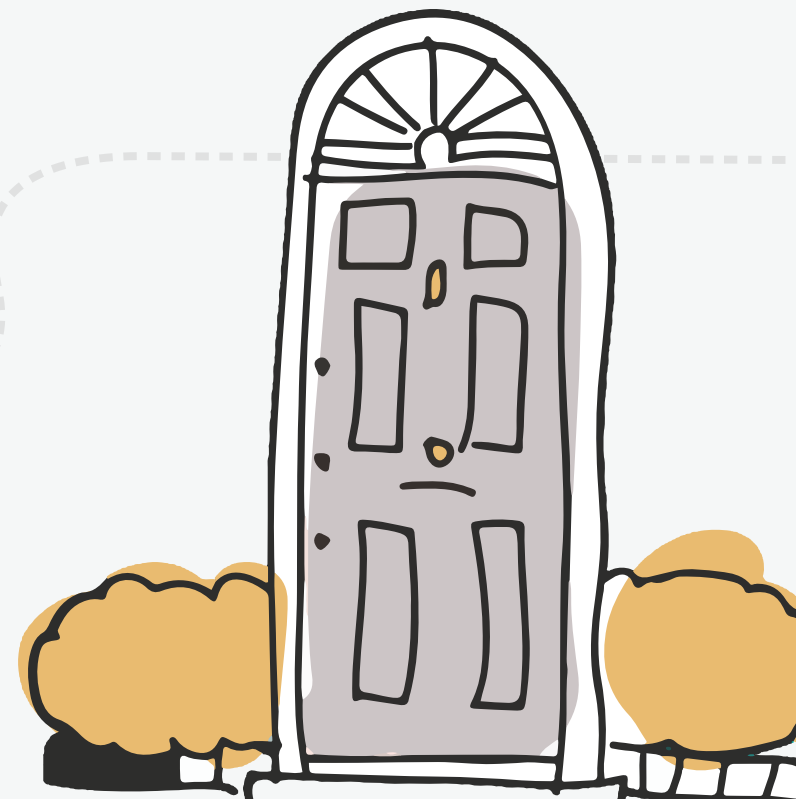
O leque de pessoas envolvidas, de vários setores e áreas do conhecimento (geografia, economia, jornalismo, política, arquitetura, sociologia e ambiente), permitiu aprofundar as perspetivas sobre o Direito ao Lugar a partir de diferentes olhares disciplinares e reforçar o reconhecimento da pertinência do tema.

Organizámos também três debates presenciais, a partir da carta aberta, envolvendo jovens de diferentes idades: um na Universidade de Aveiro, envolvendo estudantes universitários de diferentes ciclos de estudos e áreas de formação; outro na Lousã, organizado pela Activar - Associação de Cooperação da Lousã e pela ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, envolvendo crianças e jovens habitantes deste concelho; realizámos ainda um último debate em Abrantes, envolvendo jovens que residem em contextos urbanos e noutros marcados pela ruralidade. Estes debates foram momentos estimulantes e gratificantes, pela interação que possibilitaram e por suscitarem a partilha de experiências individuais.

No final do projeto, organizámos um debate *online* que intitulámos “Preservar e Reinventar os Lugares: reflexões sobre a ação política da sociedade civil”, [disponível [aqui](#)] com quatro movimentos cívicos, envolvidos em lutas muito concretas pelos seus lugares e com percursos de resistência face a decisões de instituições políticas formais. Contámos com o Movimento pelo Jardim Ferroviári o da Boavista, o Movimento Cidadãos pela Ajuda, os Amigos da Tapada das Necessidades e a Associação dos Produtores de Sal da Figueira da Foz, numa conversa moderada pelo professor José Carlos Mota.

Este debate centrou-se, fundamentalmente, nas possibilidades e nas dificuldades da sociedade civil em ter uma maior influência no desenho de políticas públicas e nos processos de decisão política.

A diversidade de atores e de debates permitiu a recolha de contributos muito diversos e significativos sobre o Direito ao Lugar e também sobre a influência política da sociedade civil, fundamental numa democracia que se quer participativa. O conjunto dos debates foram palco de diálogos questionadores e construtivos.



Aspetos da ação a ter em conta:

1 É importante investir numa divulgação alargada e intensiva dos debates e de informações sobre as pessoas convidadas a intervir. Da nossa experiência, reconhecemos que para a positiva adesão aos debates contribuiu este esforço: diversificámos os canais de divulgação (*e-mail, Facebook, Instagram, website*), alimentámos as redes sociais com as notas biográficas dos intervenientes e os descritivos dos movimentos cívicos, desenvolvemos materiais gráficos com coerência e afinidade com a carta aberta e enquadrámos o tema e a sua relevância, lembrando as razões pelas quais faz sentido debater o Direito ao Lugar. A divulgação dos debates que se realizam em ambiente virtual deve ser feita com pelo menos dez dias de antecedência e é importante lembrar as pessoas inscritas na véspera da sua realização.

2 É enriquecedor para o debate que se envolvam pessoas, na qualidade de oradoras, provenientes de diferentes setores e áreas disciplinares. No caso do LigAções, contámos com intervenções de pessoas vindas de áreas tão diversas como: a geografia, economia, jornalismo, política, arquitetura, urbanismo, sociologia e ambiente, com ligações e percursos relevantes na academia, na política, nos media e na esfera cidadã.

3 O envolvimento de pessoas cuja competência é publicamente reconhecida potencia o interesse pelos debates e o reconhecimento da relevância dos temas tratados. Nos Debates pelo Direito ao Lugar, este efeito refletiu-se no número de pessoas inscritas e no número de visualizações.

4 É importante reservar espaço para que as pessoas que participam nos debates possam intervir, colocando as suas questões e partilhando os seus pontos de vista. Esta abertura permite trazer novos contributos para o debate e cria condições para que as pessoas convidadas, quando questionadas, possam levar mais longe a apresentação das suas perspetivas e aproximar o conteúdo do seu discurso aos interesses e inquietações do público.

5) Pode haver vantagens em que as questões do público sejam colocadas por escrito. Apesar de se perder a interatividade e a vivacidade que traz a voz, esta opção, no caso dos debates online, transmitidos através do *Youtube*, revelou-se positiva na gestão do tempo, dado que as intervenções escritas são habitualmente mais concisas e focadas. Além disso, permitiu que as questões fossem colocadas a par com as intervenções e tornou possível agrupá-las por temas, evitando repetições e a dispersão. É importante que a equipa do projeto responda diretamente aos comentários que vão sendo deixados, garantindo que as pessoas sentem que os seus contributos são valorizados.

6) É importante respeitar a duração prevista para o debate. Desta forma, promovemos a conciliação da participação no debate com outras agendas e esferas de vida e prevenimos o cansaço e a desmobilização, típicas nas fases finais das sessões que se alongam.

7) Faz sentido organizar debates que permitam a partilha de experiências, perspectivas e propostas de quem vive os problemas, envolvendo apenas cidadãos e cidadãs comuns, que não são especialistas nos temas em debate. No caso do *LigAções*, debatemos o Direito ao Lugar com grupos de jovens, convocando as suas experiências, auscultando as suas propostas e perspetivas sobre os lugares que habitam e desejam melhorar. Estes debates devem prever o acolhimento e a apresentação dos/as participantes e o recurso a metodologias participativas que garantam que todas as pessoas são escutadas.

8) É importante criar canais de auscultação das expectativas, motivações e opiniões dos e das participantes, para que possam ser levadas em linha de conta no planeamento e na dinamização dos debates atuais e futuros. No caso dos debates promovidos no âmbito do *LigAções*, aquando da inscrição (um procedimento a que recorremos em todos os debates), era pedido às pessoas que partilhassem os motivos do seu interesse em participar e, posteriormente, era-lhes solicitado o preenchimento de um questionário de avaliação, no qual havia espaço para críticas e sugestões.

5.^a ETAPA

O DIÁLOGO COM ATORES POLÍTICOS

“ (...) um estilo de governação mais aberto, de procura de consensos e de mobilização de vários atores, com uma visão estratégica e assertividade nas propostas.”

José Carlos Mota⁶

⁶Professor na Universidade de Aveiro, no Debate “Preservar e Reinventar os Lugares”, 29 de setembro de 2021.

No quadro da estratégia de influência política desenhada, o contacto com os atores políticos constituía a última etapa. Num processo que almejava influenciar a decisão política a diferentes níveis, a carta foi enviada a diversos atores políticos e foram realizadas reuniões para apresentação deste documento coletivo, para lhes dar a conhecer os problemas identificados e o conjunto de medidas concretas entendidas como capazes de contribuir para os reduzir. Estas reuniões tinham também como objetivo aceder às perspetivas destes atores e instituições sobre os problemas levantados e sobre o interesse e a exequibilidade das medidas propostas.

O diálogo com atores políticos exigiu que, num primeiro momento, nos detivéssemos no aprofundamento da compreensão do funcionamento do sistema e, mais concretamente, na identificação das instituições com intervenção e responsabilidade nas áreas abordadas na *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar*.

Neste processo de disseminação da carta e das suas causas ao nível dos poderes locais, estimulámos as organizações da sociedade civil, que elaboraram e subscreveram a carta, a assumir um papel ativo, tomando iniciativas no sentido do estabelecimento e manutenção de diálogos com atores políticos, a partir da carta aberta. Em vários casos, a carta aberta chegou a candidatos e responsáveis políticos pela mão de pessoas envolvidas no projeto.

Avaliamos positivamente a receptividade, tendo-se realizado, até ao momento, onze reuniões com responsáveis políticos*.

*Em Lisboa, realizaram-se reuniões com os seguintes candidatos/as: João Ferreira que encabeçava a lista da CDU, Beatriz Gomes, cabeça de lista do Bloco de Esquerda, Carlos Moedas do PSD e Paula Marques vereadora da CM de Lisboa, indicada pelo candidato do PS, Fernando Medina.

Em Coimbra, realizaram-se reuniões com os seguintes candidatos/as: Francisco Queirós, cabeça de lista da candidatura da CDU, Jorge Gouveia, cabeça de lista pelo movimento Cidadãos por Coimbra, José Manuel Silva que encabeça a coligação Juntos Somos Coimbra e com o candidato do PAN, Filipe Reis. Reunimos ainda com Odete Isabel, mandatária da candidatura de Manuel Machado, pelo PS, à Câmara Municipal de Coimbra.

Fomos ainda recebidas por duas assessoras do Presidente da República e realizou-se uma reunião online com duas assessoras da Secretária de Estado para a Valorização do Interior.

No conjunto das reuniões e dos contactos realizados, recebemos um bom acolhimento por parte dos atores políticos, de diferentes quadrantes. Em todos os casos, foi afirmada a identificação com a visão apresentada e com parte das soluções propostas. Pontualmente, os nossos interlocutores questionaram ou discordaram com as medidas sugeridas e apresentaram outras soluções que perspetivavam como eficazes na resolução dos problemas da perda de habitantes no centro das grandes cidades ou nos meios rurais.

Apesar da abertura e de a facilidade de acesso a diversos atores políticos ter sido positiva, e até surpreendente, não nos é possível garantir que as perspetivas e recomendações contidas na carta aberta sejam tidas em conta no futuro pelos representantes do poder político ou das forças partidárias com as quais dialogámos.

Vários dos interlocutores explicitaram o reconhecimento da importância do diálogo entre o poder político e a sociedade civil e reconheceram a insuficiência e inadequação dos mecanismos de auscultação e participação, mostrando-se críticos quanto à distância existente entre “governantes e governados”, o que muitas vezes se traduz numa inadequação das políticas.

Como nos lembrava José Carlos Mota, no debate com movimentos cívicos, enquanto sintetizava conclusões de uma reunião pós-eleições autárquicas organizada pelos vizinhos de Aveiro, “as agendas que os partidos apresentam aos cidadãos muitas vezes não respondem ao que desejam e ao que os preocupa”.

Importaria, assim, um investimento acrescido na criação de espaços próprios para o debate entre as partes sobre questões públicas relevantes, para que a sociedade civil possa dar contributos efetivos para a elaboração de políticas públicas e para os processos de tomada de decisão.

No conjunto dos momentos de reflexão e de debate, quer entre as organizações da sociedade civil que fizeram parte do percurso, quer com outros atores e amigos críticos do projeto com quem fomos discutindo este tema,⁷ identificámos um conjunto de elementos da nossa experiência que nos parece que poderão ser úteis em processos futuros.

⁷ Destacamos em particular uma conversa realizada com a Comunidade Sinergias ED sobre organizações da sociedade civil e influência política no dia 9 de junho de 2021 e o encontro final do projeto LigAções “Preservar e Reinventar os Lugares: reflexões sobre a ação política da sociedade civil” no dia 29 de setembro de 2021.

Aspetos da ação a ter em conta:

- 1 As posições e propostas da sociedade civil ganham força quando resultam de um trabalho colaborativo de um conjunto alargado de organizações. Consideramos que o facto de a *Carta Aberta pelo Direito ao Lugar* ter sido apresentada por 42 organizações aumentou o interesse e a atenção dispensada pelos atores políticos.
- 2 É importante que o contacto com os atores políticos ocorra apenas depois de um processo prévio de visibilização e de discussão do tema na esfera pública. Mobilizar os media e a opinião pública é fundamental para legitimar e reforçar a posição das organizações da sociedade civil no diálogo com atores políticos. Pensamos que, no caso do LigAções, o reconhecimento do valor das propostas apresentadas foi reforçado pelo apoio recebido por cidadãos e cidadãs e organizações da sociedade civil que subscreveram a carta e pela atenção concedida pelos media. Efetivamente, as peças publicadas nos meios de comunicação social sobre a carta terão sido decisivas para que atores políticos considerassem a carta e aceitassem dialogar connosco, tomando-a como ponto de partida.

- 3 É fundamental identificar os nossos interlocutores, isto é, as instituições políticas (municipais ou centrais) e os atores político-partidários que poderão intervir em prol da implementação das propostas apresentadas. Isto exige, desde logo, um conhecimento acerca do sistema governativo e político, que permita a identificação dos atores e das instituições com intervenção e responsabilidade nas áreas em que nos encontramos a trabalhar.
- 4 Tendo em conta o tempo e os recursos disponíveis, é necessário fazer escolhas e definir quem são os nossos interlocutores prioritários. No LigAções, por limitação de tempo e recursos, não nos foi possível chegar a todos os órgãos de soberania e de poder político que identificámos como relevantes e foi necessário fazer opções. Antecipando uma especial permeabilidade, disponibilidade e interesse por parte de atores políticos candidatos às eleições autárquicas e coincidindo o período dedicado à apresentação da carta com um período de construção de programas eleitorais, foi nossa opção privilegiar estes contactos. Esta opção tem sentido também porque uma parte muito significativa das medidas propostas na carta se destinam precisamente ao poder autárquico.

5) É importante que se cruzem as agendas que se pretendem promover com as agendas políticas em vigor em cada momento. No caso do LigAções, procurámos cruzar os tempos do processo da carta aberta com os tempos das eleições autárquicas que ocorreram em setembro de 2021. Tirando partido da disponibilidade das diferentes forças políticas para o diálogo neste período, tivemos, assim, oportunidades de debate com os atores políticos que noutra ocasião não teriam sido possíveis.

6) Faz sentido que várias organizações implicadas no processo se apropriem do documento de posicionamento coletivo e advoguem pelas propostas nele contidas, junto de atores políticos. No caso do LigAções, o empenho das organizações participantes em fazer chegar a carta aos atores políticos dos contextos nos quais intervêm, ampliou o número e a eficácia destes contactos.

7) Os processos plurais e descentralizados, como este, não dispensam uma coordenação/liderança do processo. No caso do LigAções, Graal e FGS assumiram este papel e tal não teria sido possível, pelo menos com a mesma intensidade, caso não tivéssemos obtido um financiamento deste projeto. É, pois, necessário garantir recursos para que a sociedade civil se possa organizar e reforçar a sua voz.

8) É importante interpelar e dialogar com atores políticos representantes de diferentes forças partidárias, independentemente do nível de adesão esperado às propostas que apresentamos. Esta equidistância e tratamento igualitário torna clara a natureza apartidária da iniciativa. Esta posição abre a possibilidade de diálogo com um leque mais alargado de atores e afasta a possibilidade dos diálogos serem interpretados como manifestações de apoio a determinada candidatura ou partido político. Em Coimbra, por exemplo, convidámos todas as forças políticas candidatas à autarquia para reunirem connosco na Casa da Esquina, onde realizámos, ao longo de um dia, uma sequência de cinco reuniões.

9) A capacidade reivindicativa da sociedade civil é potenciada pelo conhecimento que detemos das políticas públicas, dos programas eleitorais e do quadro legislativo em vigor nas áreas em que apresentamos propostas. Estarmos na posse desse conhecimento enriquece o diálogo com atores políticos: permite-nos fazer cruzamentos, produzir e fundamentar opiniões, questionar opções não alinhadas com as nossas visões, alertar para problemas e insuficiências desses instrumentos e propostas e pôr em evidência a inovação do que sugerimos como resposta às necessidades e problemas que pretendemos contribuir para resolver.

10 Optar por um convite ao diálogo, num tom mais propositivo e colaborativo do que confrontativo, aumenta a abertura das instituições para ouvir os pontos de vista e propostas da sociedade civil. A opção por este tom mais construtivo não corresponde, no entanto, a um evitamento do conflito, ao qual reconhecemos, aliás, um elevado potencial construtivo. O diálogo que propomos é tolerante ao conflito e às diferenças e empenhado em gerar convergências entre atores detentores de lógicas, visões, motivações e interesses concorrentes e até contraditórios. Não desvalorizando as exigências e a complexidade destes diálogos, parece-nos importante manter a esperança e a confiança de que as organizações da sociedade civil possam ser ouvidas e capazes de influenciar decisões políticas, garantindo um maior ajustamento das políticas públicas às necessidades das populações.

11 Para que o diálogo entre atores políticos e sociedade civil seja consequente é essencial que não se limite a um momento pontual, mas ocorra de forma regular e ao longo do tempo.

Como propunha João Ferrão:

“A participação cidadã tem que ocorrer em todas as fases do ciclo das políticas públicas. Isto é, tem que intervir ao nível da construção das agendas, tem que intervir ao nível da construção de instrumentos, tem que intervir ao nível da sua elaboração, da sua monitorização e da sua avaliação.”

O aumento da intensidade e da efetividade da participação da sociedade civil exige a criação de mecanismos que permitam o aprofundamento do diálogo e da proximidade entre as instâncias de poder político e os cidadãos e as cidadãs e as suas organizações.

CONCLUSÃO



Elaborámos a presente publicação a partir de uma experiência concreta de defesa e reivindicação do Direito ao Lugar. Não tendo a pretensão de trazer algo inteiramente novo, revisitámos a experiência vivida e produzimos uma leitura sobre a mesma. Tentámos ativamente recuperar e partilhar elementos e aprendizagens que poderão ser resgatados em processos de mobilização cívica em torno do Direito ao Lugar ou de outras questões públicas relevantes.

Parece-nos que a natureza participativa e colaborativa deste processo, construído gradualmente ao longo de várias etapas e envolvendo uma pluralidade de atores, ganha um particular sentido no tempo que vivemos, onde são partilhados amplamente (e também perigosamente) sentimentos de insatisfação, desconfiança e desencanto com a democracia e com as suas instituições.

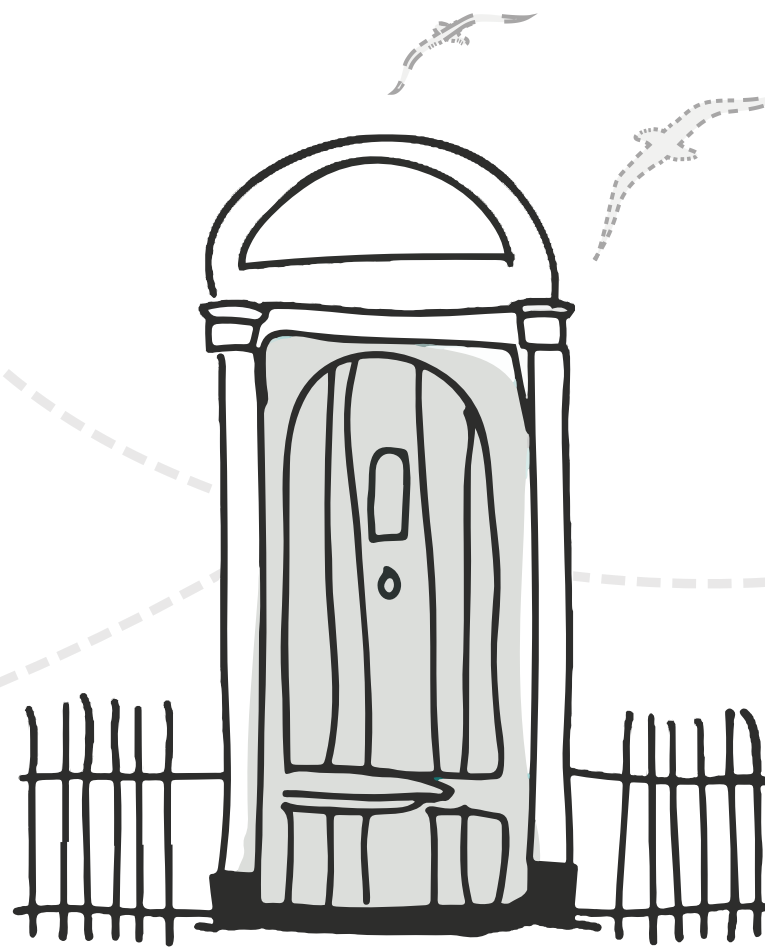
Neste contexto, é necessário e urgente cuidar a democracia! É nossa convicção que esse cuidado passa, desde logo, pelo aumento da articulação e cooperação entre organizações da sociedade civil, movimentos cívicos, iniciativas e coletivos diversos. É de todos esperado que resistam à fragmentação da sociedade civil, que se comprometam com ações coletivas capazes de aumentar o seu poder reivindicativo e de reforçar as suas visões e propostas.

Reconhecemos que os resultados, a força e o impacto destas ações da sociedade civil são potenciados, fragilizados ou mesmo comprometidos pelos recursos que é possível, a cada momento, mobilizar. O financiamento a projetos, como este de que beneficiámos através do programa Cidadãos Ativos, pode ser determinante na criação de condições para que a sociedade civil se fortaleça, possa aprofundar o seu trabalho e ampliar o seu contributo na construção da democracia.

Reconhecemos também a importância de o sistema político se tornar mais permeável e de os atores políticos prescindirem do monopólio do poder de decisão, comprometendo-se com formas participativas de deliberação e procurando ativamente uma aproximação à cidadania organizada.

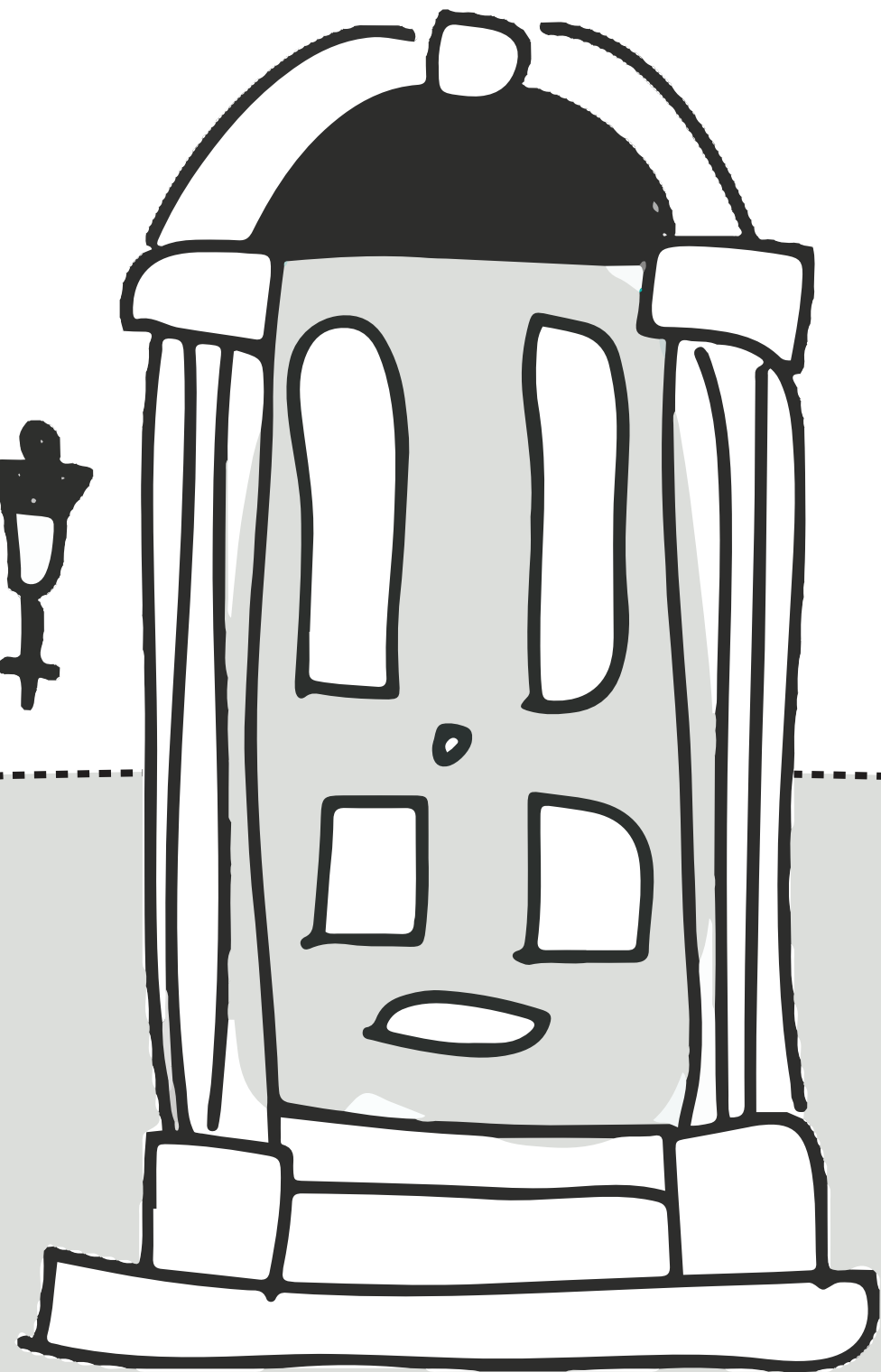
Das duas partes, sociedade civil e instâncias de poder político, é esperado que coloquem esforços na procura e na construção de novos canais de comunicação e de novos mecanismos de participação pública, nos debates e nos processos de decisão, garantindo que são levados em linha de conta os pontos de vista dos cidadãos e das cidadãs e consideradas as agendas mais invisibilizadas e menos escutadas.

Com esta publicação, finalizamos o projeto LigAções, para muitas pessoas, o projeto “pelo Direito ao Lugar”. Vivenciámos um processo participado e colaborativo, onde diferentes pontos de vista foram discutidos e integrados, que conduziu à construção de uma agenda partilhada e a propostas e posições conjuntas. Foi também palco de interações com atores da comunicação social e da academia e com representantes de instituições políticas, municipais e centrais e de diferentes forças partidárias.



Independentemente do que for o seu futuro, já é certo que marcará a nossa memória coletiva e que ficarão connosco aprendizagens significativas no campo da influência política, área que reconhecemos como fundamental, mas que tem sido pouco explorada e priorizada no quotidiano das nossas organizações.

Este processo deixou em nós um lastro de esperança nas possibilidades de a sociedade civil assumir protagonismo e de impulsionar as transformações que queremos ver acontecer na sociedade.








Iceland
Liechtenstein
Norway

**Active
citizens fund**

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

 FUNDAÇÃO
BISSAYA BARRETO

Projeto implementado por

   TRANSFORMAÇÃO
E JUSTIÇA SOCIAL

Através do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia. Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do EEE estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants. Os EEA Grants têm como objetivos reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais entre estes três países e os países beneficiários. Para o período 2014-2021, foi acordada uma contribuição total de 2,8 mil milhões de euros para 15 países beneficiários. Portugal beneficiará de uma verba de 102,7 milhões de euros. Saiba mais em eagrants.gov.pt